

Doctorado Pasado y Presente de los Derechos Humanos
Departamento de Historia Medieval, Moderna y
Contemporánea
Universidad de Salamanca

A proteção internacional das crianças e adolescentes frente a
violência intrafamiliar

Aluna: Laís Locatelli

Email: laislocatelli@gmail.com

Professor: Emmanuel Jiménez Franco

Matéria: Derechos Humanos de Tercera Generación

A proteção internacional das crianças e adolescentes frente a violência intrafamiliar

Sumário: 1. Introdução. 2. Violência contra crianças e adolescentes: aspectos psicológicos e incidências. 3. Tipos de violência: física, psíquica e sexual. 4. Instrumentos de proteção internacional das crianças e adolescentes. 4.1 *A Convenção sobre os Direitos da Criança* 4.2 *A proteção dos Direitos da Criança na União Europeia* 5. Congressos Mundiais sobre Direitos das crianças e dos adolescentes de 2003, de 2005 e de 2007. 6. O trabalho do *Child Helpline International*. 7. Conclusão. 8. Referências Bibliográficas 9. Anexos.

1. Introdução

Primeiramente, urge destacar que as crianças e os adolescentes são detentores de direitos que não tem capacidade de exigir per si. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 10 de dezembro de 1948, por aprovação unânime de 48 Estados, no seu preâmbulo coloca que a criança, por sua “falta de maturidade física e mental, necessita de cuidados e proteção especiais, antes e depois do nascimento”. Para tanto, foram sendo elaborados com o passar dos tempos instrumentos de proteção para que as crianças e os adolescentes deixassem de ser agentes de direito silenciosos e passassem a ter voz.

No século XX se começou a estender a noção que a infância é um grupo vulnerável. Pelo fato de sê-lo, não necessita nem reclama privilégios. Quer, simplesmente, ocupar o lugar que a ele corresponde na sociedade, cobrando a importância que merece e necessita, o que leva a crer que este reconhecimento de seus direitos significou a iniciação de um amplo trabalho de reeducação da sociedade¹.

¹ REYES, Mélia Llácer. La protección internacional de los Derechos de los Niños. **Revista General del Derecho**. N.º 536, vol. II, 1989, pp. 2907-2928, p. 2914.

Foi justamente nas últimas duas décadas daquele século que o reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes experimentou um impulso considerável, ultrapassando fronteiras e fortalecendo-se no cenário internacional. Um marco do século XX foi a aprovação e ratificação quase universal da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Crianças, constituindo um marco de transcendental importância neste processo.

Apesar dos avanços nesta matéria, ainda há muito caminho a ser percorrido: no campo de conhecimento do desenvolvimento e capacidade de menores; no reconhecimento social que a violência também ocorre em âmbito familiar, qualquer que seja o nível e o ambiente social; na adaptação das leis para a comprovação deste tipo de violência, proteção da vítima e penalização do agressor; e na preparação dos profissionais e agentes sociais que, de uma forma ou de outra, estejam presentes no momento da denúncia, na investigação e no processo judicial.

De acordo com declaração da Unicef, as crianças e adolescentes correm mais perigo onde deveriam estar mais seguras: no seio familiar. Segundo esta estatística, é mais provável que os menores sejam agredidos fisicamente, psicologicamente, raptadas e até mesmo assassinadas por seus próprios membros familiares². Agustín Alonso faz algumas interrogações: ¿Qué estamos haciendo con nuestros niños? ¿Cómo permitimos que las cosas se perpetúen tal como están? E continua o autor afirmando que todas as vozes são necessárias para clamar pelo que está acontecendo, que todas as mãos são necessárias para trabalhar por eles, todas as mentes são imprescindíveis para preparar-lhes um futuro melhor, que todos os corações são bem vindos para amá-los, acolhe-los e protege-los³.

Dentro deste contexto, esta pesquisa tratará da problemática da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: os aspectos psicológicos e incidências, os tipos de violência: física, psíquica e sexual, os instrumentos de proteção internacional das crianças e adolescentes, os Congressos Mundiais sobre Direitos das crianças e dos adolescentes de 2003, de 2005 e de 2007 e o trabalho do *Child Helpline International*. Por fim, dois anexos mostrarão casos recentes de violência entre pais e filhas: um assassinato ocorrido no Brasil e um caso de abuso sexual com cárcere privado ocorrido na Áustria.

² U.N.I.C.E.F., Innocenti Digest 2. **Niños Y Violencia**. Centro Internacional para Desarrollo del Niño, p. 5.

³ Agustín Alonso S. J. Prólogo. In LÁRAZO GONZALES, Isabel (coord.). **Los menores en el Derecho español**. Madrid: Tecnos, 2002, p.21.

2. Violência contra crianças e adolescentes: aspectos psicológicos e incidência

A família é o lugar apropriado onde as necessidades das crianças e adolescentes devem estar acobertadas e onde melhor sejam protegidos seus direitos. Porém, o que a história nos mostra é que desde sempre há violência intrafamiliar socialmente aceita e considerada como sendo direito dos pais. Um exemplo disto é a citação de Aristóteles⁴ quando disse que “os filhos e os escravos são propriedades dos pais e nada do que se faça com o que lhes é próprio é injusto”⁵.

A ambivalência da família, instituição às vezes de amor e às vezes de violência, é uma característica que se destaca por ser paradoxal. Tal contradição resulta que a família, agente socializador básico, a escola de afeto e de paz, seja também violenta e que sobre ela há uma série de mitos e crenças falsas. Diz-se mitos pois estes transpassam a realidade – e esta mostra que existe violência intrafamiliar contra os menores, em quantidades alarmantes. Ainda, ressalta-se que a violência normalmente é cíclica, ou seja, pais agressores formam filhos agressores ou que sejam complacentes com a violência intrafamiliar. Isto porque a coexistência do amor e da violência gera a aceitação, para quem convive com ambas, da violência com as pessoas amadas⁶.

No começo de sua carreira, Sigmund Freud identificou o abuso sexual na infância como a causa de muitíssimas enfermidades mentais e emocionais na idade adulta, o que o levou a ser severamente criticado na época. Freud então se retratou dizendo então que os atos sexuais eram frutos da fantasia e do desejo dos pacientes. Esta retratação, bem como a mentalidade social fechada que perdurou por muitas décadas mais, deixaram as vítimas de abuso sexual abandonadas por muitos anos.

O reconhecimento do abuso sexual encontrou grande resistência inclusive quando havia claros sinais, os médicos se negavam a identificar provas de abusos, dando diagnósticos como promiscuidade, problemas congênitos, ausência de hímen, entre outros.

⁴ Citado na introdução do livro de SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños**. Barcelona: Ariel, 1999, p. 15.

⁵ De acordo com Lynd, as crianças, até o final do século XIX, foram vendidas, encarceradas, torturadas, utilizadas em trabalhos duríssimos, como consequência do processo de industrialização, tendo começado, justamente nesta época, a surgir a concepção do menor como sujeito digno de proteção. LYND, Sylvia. **Los niños ingleses**. Londres: Adprint, 1972, p. 56.

⁶ SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños**. Barcelona: Ariel, 1999, p. 21.

A capacidade de reconhecer e enfrentar o abuso sexual na infância e de fazer justiça começou a partir dos anos 90⁷. Segundo a C.N.I.P.V. (Comisión Nacional de Investigación sobre Prevención de la Violencia), para analisar a violência contra crianças e adolescentes deve-se assumir a incomoda verdade de que, na maioria dos casos, os abusos são produzidos por membros da própria família, muitas vezes por longos períodos. Ainda, normalmente quando são denunciados já não estão mais ocorrendo e que, quando esta denuncia acontece, nem sempre é acreditada.

Frisa-se que dos agressores, inclusive aqueles que levam seus próprios filhos à morte por algum tipo de violência, somente 10% têm problemas psicopatológicos ou psiquiátricos, e os demais 90% dos pais ou dos responsáveis são considerados como “normais”⁸.

De acordo com Sanmartín⁹, os fatores que podem levar um indivíduo a ter uma ação de violência contra uma criança ou um adolescente, podem ser sociais, biológicos, cognitivos-afetivos e comportamentais. Aponta-se alguns exemplos dos fatores de risco individuais representativos de cada um deles:

1. Fatores sociais: pais não biológicos; família monoparental; educação; histórico de violência infantil, ou seja, ter sido vítima ou observador, falta de apoio social;
2. Fatores biológicos: reatividade psicofisiológica, por exemplo hiperatividade ou hipersensibilidade a certos estímulos; deficiências neuropsicológicas, como ansiedade e depressão; problemas de saúde física;
3. Características cognitivas-afetivas: falta de autoestima; problemas com processamento de informação na qual se incluem crenças negativas acerca dos filhos e das suas capacidades (crêem que as atitudes dos filhos são mais negativas do que realmente são); codificação errônea das informações; expectativas diferentes; avaliações negativas; atribuições diferentes; alto nível de afeto negativo – como angústia, depressão, ansiedade, hostilidade e temor – entre outras psicopatologias;
4. Características comportamentais: interações problemáticas entre pais e filhos – como pouca interação conjunta, comportamentos negativos como a técnica

⁷ MILAGROS, Gracia Jiménez; BLÁZQUEZ FERNÁNDEZ, M.^a Soledad; MORALES GRACIA, M.^a Luísa. **Abuso sexual infantil. Credibilidad del testimonio**. Revista Eúphoros, n.º 5, 2002, pp. 37-60. ISSN 1575-0205. [Consult. 27.04.2008]. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1181495>.

⁸ SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños**. Barcelona: Ariel, 1999, p. 22.

⁹ MILNER, Joel S. Factores de riesgo. (Maltrato físico, maltrato emocional y negligencia). In SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños**. Barcelona: Ariel, 1999, pp. 39-56, pp. 42-43.

disciplinar severa, discussões e agressões; menor uso de raciocínio, explicações, jogos, prêmios e afeto; utilização de respostas inconscientes – habilidades inadequadas para afrontar situações; isolamento social; uso de álcool e drogas (que pode levar a violência extrema).

As crianças e os adolescentes que são vítimas de violência intrafamiliar apresentam consequências distintas, dependendo do tipo, intensidade e frequência e, ainda, da idade do menor na época em que ocorrem. Ainda, psicologicamente, as consequências dependem do grau da culpabilidade e de vitimização dos menores por parte dos pais e das estratégias de afrontamento que disponha a vítima. Em geral as meninas tendem a apresentar reações ansiosas-depressivas e os meninos fracasso escolar e dificuldades de socialização, assim como comportamentos sexuais agressivos¹⁰.

De acordo com Grisolia¹¹, a ameaça silenciosa, a espera interminável e o medo crescente as vezes são mais insuportáveis que a própria violência física. A experiência de ser vítima de violência intrafamiliar traz consigo a tensão, o medo, o desespero, o sentimento de culpa, a sensação de um amor traído e de abandono, além das dores físicas.

No que se refere aos números da incidência de violência intrafamiliar, esta não é fácil precisar. Primeiramente por ocorrerem em ambiente privado familiar e, segundo, pelo fato dos menores se sentirem, ou serem, impotentes para revelar o assunto.

Dos casos confirmados de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, de 13 a 15% são de abuso sexual. Os dados são mais surpreendentes quando apontam que, aproximadamente, 25% das mulheres e 10% dos homens já sofreram algum tipo de experiência de abuso sexual antes dos 18 anos¹².

Especialmente quando o assunto é a violência sexual, segundo estatísticas apresentadas por Echeburúa e Guerricaechevarría¹³, mais de 20% dos casos denunciados são referentes a contatos entre pais e filhas (sendo estes os mais

¹⁰ ECHEBURÚA, Enrique; GUERRICAECHEVARRÍA, Cristina. Concepto, factores sw riesco y efectos psicopatológicos del abuso sexual. In SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños**. Barcelona: Ariel, 1999, pp. 81-103, 93.

¹¹ GRISOLÍA, James S. Efeitos Neurológicos del abuso sexual. In SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños**. Barcelona: Ariel, 1999, pp. 107-120, p. 109.

¹² BONNER, Barbara L. Prevención y tratamiento del abuso sexual. In SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños**. Barcelona: Ariel, 1999, pp. 125-143, p. 128.

¹³ ECHEBURÚA, Enrique; GUERRICAECHEVARRÍA, Cristina. Concepto, factores sw riesco y efectos psicopatológicos del abuso sexual. In SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños**. Barcelona: Ariel, 1999, pp. 81-103, p. 85.

traumáticos, por desconstituírem os vínculos familiares básicos), entre padrasto e filha entre 15 e 20% e os demais 65% implicam na relação com irmãos, tios, avôs e namorados que vivem junto com a mãe do menor.

No que se refere a relação mãe e filhos, é menos frequente e, segundo Lawson¹⁴, se limita a casos que a mãe carece de uma relação de casal, que consome álcool ou drogas e conta com um histórico de violência sexual na infância.

Estima-se que 50% dos casos de violência sexual intrafamiliar são revelados em algum momento da vida da vítima, que 15% são denunciados e que 5% acabam em processos judiciais. Vale citar que somente 2% dos casos são conhecidos no tempo em que estão ocorrendo¹⁵.

Destes dados demonstrados e dos aspectos psicológicos explanados, vale dizer que a melhor maneira de proteção de qualquer tipo de violência é cuidar para que a família não sofra carências e que esta possa suprir as necessidades, não só materiais, mas as necessidades psicológicas de amor e proteção das crianças e adolescentes.

A devida assistência e proteção à família pelo Estado, pelos agentes sociais, pelas organizações internacionais, e por quem mais o puder fazer, é o meio mais eficaz para prevenir qualquer tipo de violência contra as crianças e adolescentes e, assim, evitar que as gerações futuras venham a sofrê-las.

3. Tipos de violência: física, psíquica e sexual

A definição de violência intrafamiliar ou maltrato infantil no contexto familiar é imprecisa e difícil de delimitar. Assim como ocorre com outros conceitos dos Direitos Humanos, este conceito está sendo traçado com o decorrer do tempo. Segundo Uroz Olivares, o que se conceitualiza como maltrato não é algo absoluto, mas produto do contexto cultural e histórico em que se produz¹⁶.

¹⁴ LAWSON, C. **Mother-son sexual abuse: rare or underreported? A critique of the research.** Child abuse and Neglect, n.º 17, 1993, pp. 261-269.

¹⁵ ECHEBURÚA, Enrique; GUERRICAECHEVARRÍA, Cristina. Concepto, factores de riesco y efectos psicopatológicos del abuso sexual. In SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños.** Barcelona: Ariel, 1999, pp. 81-103, p. 86-87.

¹⁶ OLIVARES, Véase J. Uroz. La violencia en el contexto familiar, In. TORRENTE, Rodríguez J. **El menor y la familia: Conflictos e implicaciones,** Madrid, 1998, pp. 45-70.

A classificação mais usual da violência contra crianças e adolescentes os divide em três categorias: física, psíquica e sexual. Algumas classificações inserem o abandono e a negligência (não ação que privaria o menor da supervisão e da atenção essencial para o seu desenvolvimento). Contudo, será enfocada nesta pesquisa as três primeiras categorias citadas.

Em primeiro lugar urge fazer uma rápida conceituação dos tipos de violência contra crianças e adolescentes:

1. Física: qualquer ação que *tencione* causar lesões físicas.
2. Psíquica: qualquer ação, como rejeitar, ignorar, aterrorizar, isolar, ou não ação, como privação de sentimentos de amor, afeto, segurança, que *tencione* agredir psicologicamente.
3. Sexual: qualquer ação que envolva ou permita envolver um menor em atividades sexuais.

O abuso sexual constitui um dos mais distintos tipos de violência que podem ser submetidos as crianças e adolescentes: é um dos mais sutis; socialmente ocultado; escassamente denunciado; dificilmente objeto de sentença condenatória para o agressor, dadas as dúvidas e as dificuldades probatórias do mesmo (quanto a obtenção de provas físicas e a credibilidade do relato da vítima); e desconhecimento das consequências que a violência sexual gera a curto, médio e longo prazo¹⁷.

De acordo com a definição de de Sanderson¹⁸, é abuso sexual “as atividades sexuais com um adulto ou qualquer outra pessoa maior que o menor, na qual a criança é usada como um objeto sexual para a gratificação das necessidades ou desejos do maior, na qual ela é incapaz de dar consentimento como consequência da desigualdade de poder na relação”.

Echeburúa e Guerricaechevarría¹⁹ apresenta uma definição mais extensa e diz que o abuso sexual se refere a qualquer conduta sexual mantida entre duas pessoas (pelo

¹⁷ MILAGROS, Gracia Jiménez; BLÁZQUEZ FERNÁNDEZ, M.^a Soledad; MORALES GRACIA, M.^a Luísa. **Abuso sexual infantil. Credibilidad del testimonio.** Revista Eúphoros , n.º 5, 2002 , pp. 37-60. [Consult. 27.04.2008]. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1181495>.

¹⁸ SANDERSON, C. Counselling adult survivors af chill sexual abuse. 2.^a ed. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 1995. In MILAGROS, Gracia Jiménez; BLÁZQUEZ FERNÁNDEZ, M.^a Soledad; MORALES GRACIA, M.^a Luísa. **Abuso sexual infantil. Credibilidad del testimonio.** Revista Eúphoros, n.º 5, 2002, pp. 37-60, p. 06. [Consult. 27.04.2008]. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1181495>.

¹⁹ ECHEBURÚA, Enrique; GUERRICAECHEVARRÍA, Cristina. Concepto, factores de riesco y efectos psicopatológicos del abuso sexual. In SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños.** Barcelona: Ariel, 1999, pp. 81-103, p. 84.

menos uma delas menor de idade²⁰) entre a quais existe uma situação de desigualdade – por razões de idade ou de poder – na qual o menor é utilizado para a estimulação sexual de da outra pessoa. Mais que a diferença de idade, fator que distorce toda a possibilidade de relação livremente consentida, o que define o abuso sexual é a assimetria entre os implicados e a presença de coação, implícita ou explícita.

Continua o autor que as condutas abusivas incluem contato físico (genital, anal ou bucal), ou supõe a utilização do menor como objeto de estimulação sexual do agressor (exibicionismo ou *voyeurismo*).

4. Instrumentos de proteção internacional das crianças e adolescentes

A família constitui o contorno natural e ideal para o crescimento e bem-estar das crianças e adolescentes. Em virtude disto, o modo como o Direito Internacional define “família” é essencial para a proteção dos menores.

Independentemente da estrutura e da composição da família, o menor é a parte mais frágil frente as pessoas encarregadas de cuidá-los, existindo um “desequilíbrio de poder”²¹ do menor com os demais membros da sua família. Por esta razão, o direito internacional deve zelar para que não aconteçam abusos de poder, reconhecendo e consagrando os direitos dos menores, sem deter-se frente ao obstáculo de adentrar no âmbito privado da família.

É necessário que o ordenamento jurídico internacional conjugue, para proteger de forma efetiva os direitos das crianças e adolescentes, estandartes mínimos dos seus direitos e considere os diferentes conceitos e estruturas familiares. Neste sentido, os instrumentos jurídico internacionais destinados a proteção dos menores destinam-se a garantia dos direitos, tanto na via de obrigações positivas como negativas por parte dos Estados. Isto significa que os Estados têm o dever de atuar para proteção dos direitos dos menores nos casos de violência física, psíquica e sexual²².

²⁰ O autor apresenta um número instigante: 20% dos abusos são cometidos por outros menores.

²¹ TRINIDAD NÚÑEZ, Pilar. **El niño en el derecho internacional de los derechos humanos**. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2002, p. 138.

²² Idem, p. 136.

Os instrumentos de proteção internacionais que merecem destaque serão abaixo descritos. Pela brevidade deste estudo, não se adentrará em todos eles, mas sim, será enfocada a Convenção dos Direitos da Infância de 1989 e a Carta Europeia dos Direitos das Crianças de 1992, bem como algumas referências quanto aos demais.

- Declaração dos Directos das Crianças de 1924 - conhecida como a Declaração de Genebra;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas;
- Declaração dos Direitos das Crianças de 1959, aprovada pela Assembléia das Nações Unidas – Resolução n.º 1.386;
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aprovados em 1966 pela Assembléia Geral das Nações Unidas;
- Convenção dos Direitos da Criança de 1989, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas;
- Carta Europeia dos Direitos das Crianças de 1992;

Os instrumentos internacionais podem ser classificados como sistemas gerais, onde todas as pessoas são vistas de uma forma genérica, sem considerar diferenças de gênero, idade, etnia, raça, entre outros, e sistemas especiais de proteção, com especificação do sujeito de direito, para que lhe fosse garantido o pleno exercício de direitos civis e políticos, como também de direitos sociais, econômicos e culturais.

Dentro dos sistemas gerais vale destacar o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aprovados em 1966 pela Assembléia Geral das Nações Unidas (que entrou em vigor no ano de 1976), em específico o artigo 10, que preconiza o *dever*²³ da família em criar e educar os filhos.

No que se refere aos sistemas especiais de proteção, A Liga das Nações, preocupada com a vulnerabilidade particular da criança na 1ª Guerra Mundial, adotou, em 1924, uma declaração sobre os seus direitos. Apesar de fazer uma abordagem generalista, preconizava cuidados e assistência especiais para a maternidade e a infância, antecedendo até mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela também criou um mecanismo de ajuda multilateral à infância: o UNICEF (Fundo Internacional de Emergência para as crianças – United Nations International Children's

²³ Grifo meu.

Emergency Fund). Este organismo foi estabelecido pela Assembléia Geral em 1946 e destinado, originalmente, a socorrer as crianças e adolescentes dos países vítimas da agressão na 2.^a Guerra Mundial e, em 1953, transformado em Agência Especializada do Sistema da ONU para auxiliar a infância carente do “3.º Mundo”.

Em 1979, a Assembléia Geral aprovou a idéia de elaborar um projeto que viesse a dar efeito jurídico e força obrigatória aos direitos específicos da criança, determinando a constituição, pela Comissão dos Direitos Humanos de um Grupo de Trabalho.

Resulta deste trabalho, a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 20 de novembro de 1989, com 195 adesões e ratificações de Estados do mundo inteiro.

A Convenção sobre os Direitos da Criança é, até os dias atuais, o documento normativo com maior capacidade mobilizadora desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Através deste trabalho está sendo efetivada internacionalmente a conscientização sobre a necessidade de medidas concretas para que os direitos por ela consagrados possam ser consubstanciados. Por isto, sua importância tem sido inquestionável, significando o papel fundamental da cooperação internacional para o cumprimento do catálogo de direitos, sistematizados em torno da proteção social para que esta seja uma realidade²⁴.

Este trabalho normativo internacional é considerado como uma Constituição de Direitos – pois trata de direitos de diversas naturezas e os enuncia tendo em conta a peculiar situação das crianças como seres humanos em processo de desenvolvimento. Em virtude disto, é também um guia de análise da evolução das normas que incidam, de maneira direta ou indireta, nos direitos das crianças.

²⁴ VILLAGRASA ALCAIDE, Carlos. Perspectivas de la convención sobre los derechos del niño: reivindicaciones formuladas desde los congresos mundiales sobre los derechos de la infancia y la adolescencia. In VILLAGRASA ALCAIDE, Carlos; RAVETLLAT BALLESTÉ, Isaac (coord). **Los derechos de la infancia y de la adolescência. Congressos mundiales y temas de actualidad.** Barcelona: Ariel, 2006, pp. 17-48, p. 17.

4.1 *A Convenção sobre os Direitos da Criança*

Antecedentes

As primeiras tentativas de criação de um instrumento internacional para proteger a infância apareceram em 1913, porém a Primeira Guerra Mundial impediu sua consolidação. Foi em 1920, em Genebra, que esta ideia retornou através da criação, pela Cruz Vermelha, da União Internacional de Socorro às Crianças, que enfocava especificamente os tempos de guerra. Em setembro de 1924 foi proclamada a Declaração dos Direitos das Crianças – firmada e conhecida como a Declaração de Genebra – que posteriormente, em 1946, deu origem a Carta da União Internacional de Proteção da Infância (UIPE).

A Declaração de Genebra é um documento consiso e simples que reconheceu as necessidades básicas da infância. Isto porque, neste momento, era necessário um instrumento que pudesse ser entendido e aceitado pelo maior número de países possíveis, destinando-se a chamar a atenção e provocar uma conscientização que desse lugar a reforma dos costumes e das leis.

Este trabalho internacional de implementação da proteção infantil que começava a ser desenvolvido, foi freado com o início da Segunda Guerra Mundial e, somente retornou, de alguma forma, a partir do fim deste grande conflito, quando então as Nações Unidas vieram a elaborar a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Também neste momento histórico, as Nações Unidas voltou sua atenção especificamente aos menores, e redigiu uma Carta para a infância, sendo aprovada pela Assembléia Geral, em novembro de 1959, com a denominação de Declaração Universal dos Direitos das Crianças. Ainda que parte dos princípios constavam na Declaração de Genebra, a Declaração foi mais progressiva, inserindo novos princípios, demonstrando claramente uma evolução no que se refere a proteção da infância, desde o ano de 1924.

Convenção sobre os Direitos das Crianças

Em Novembro de 1989, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou, por unanimidade, a Convenção sobre os Direitos da Criança, sendo ratificada pelos Estados em Janeiro de 1990 e entrando em vigor em Setembro deste ano.

O texto da Convenção está dividido em três partes: o preâmbulo, que esboça os princípios básicos fundamentais; o corpo, que define as obrigações dos Estados Partes; e as disposições de execução e de promoção do cumprimento da Convenção.

Esta Convenção foi o instrumento de Direitos Humanos que recebeu mais ratificações em toda a história: 191 Estados. Os Estados Unidos da América e a Somália firmaram o texto da Convenção, em fevereiro de 1995 e maio de 2002, respectivamente, contudo, não procederam a ratificação²⁵.

Algumas características da Convenção merecem maior destaque: A primeira delas se refere a força jurídica obrigatória, estando os Estados Partes vinculados ao cumprimento do seu conteúdo; a segunda por se tratar de um documento que não visa proteger o menor em uma situação específica (como na Declaração de Genebra de 1924 e na Declaração Universal dos Direitos das Crianças de 1959, instrumentos internacionais que tratavam do menor em situações de risco) mas que está dirigida a toda a infância, estabelecendo direitos em diferentes âmbitos; a terceira por reconhecer os menores como sujeitos de direito, dando aceso a bens e serviços, a crescer com plenitude, com direito a saúde, a educação, a seguridade social, liberdade de expressão, de pensamento, consciência²⁶, enfim, reconhece a titularidade de direitos civis e políticos, bem como o direito a ser protegido de qualquer ação ou omissão lesiva, abandono, **maus tratos**²⁷ ou exploração; a quarta característica é que, todas as medidas a respeito da infância devem estar baseadas no interesse superior da criança; por fim, a Convenção apresenta uma cláusula de difusão, segundo a qual os Estados devem divulgar os princípios e as cláusulas por meios eficazes e apropriados e, ainda, estabelecer mecanismos de controle que visam examinar os progressos realizados no cumprimento das obrigações previstas na Convenção.

²⁵ Para mais detalhes consulte <http://www.unhcr.ch/html/menu3/b/k2crc.htm>.

²⁶ HIERRO, Liborio L. Los derechos humanos del niño. In MARZAL, Antonio (coord.). **Derechos humanos del niño, de los trabajadores, de las minorías y complejidad del sujeto**. Barcelona: Bosch, 1999, pp. 23-24.

²⁷ Grifo meu.

4.2 A proteção dos Direitos da Criança na União Europeia

Tanto as Declarações de 1924 e de 1959, bem como a Convenção de 1989, influenciaram no reconhecimento e na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no âmbito europeu, onde se há produzido avanços tanto de ações concretas como de elaboração de instrumentos jurídicos, entre os quais vale destacar as Resoluções do Parlamento Europeu A3-314/91, sobre os problemas das crianças na Comunidade Européia e o A3-0172/92 sobre uma Carta Européia dos Direitos da Criança.

Estas Resoluções demonstram a preocupação de definir e proteger os menores. Nesta corrente de pensamento, o Parlamento Europeu, em 12 de Junho de 1990 adoptou uma Resolução segundo a qual os Estados-Membros deveriam ratificar a Convenção das Nações Unidas, tendo a Comissão o encargo de elaborar uma Carta Européia sobre os Direitos da Criança, com carácter vinculante, na qual fosse adaptada as disposições da Convenção com a realidade dos menores na Europa.

Assim, a Resolução A3-314/91 sobre os problemas das crianças na Comunidade Europeia veio acolher algumas características da Convenção, dotando a criança da dimensão participativa, tanto na vida familiar como na vida social e, ainda, da concessão do interesse superior da criança como carácter fundamental, que deve inspirar toda proteção adequada dos derechos do menor.

A Resolução A3-0172/92 do Parlamento Europeu sobre a Carta Européia dos Direitos da Criança se enquadra também na linha evolutiva de uma maior preocupação por definir e proteger os direitos dos menores.

O Parlamento Europeu também pediu a Comissão de Assuntos Jurídicos da Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa que intensificasse seus trabalhos, especialmente os que se referem a aplicabilidade do Convénio dos Direitos do Homem aos menores e estudasse a possibilidade de completar este Convénio, mediante um protocolo que especificasse melhor os direitos dos menores.

A respeito da proteção que se estabelece para a realização efetiva dos direitos da criança, deve-se assinalar que na Resolução se manifesta o interesse em dar as crianças maior proteção, contudo, não se estabelece um mecanismo de supervisão que permita realizar um seguimento da aplicação de seus preceitos nos Estados-Membros.

O Tribunal de Luxemburgo, através de sua jurisprudência, também participa do processo evolutivo da proteção dos menores, suprimindo a falta de normas comunitárias com as normais constitucionais dos Estados-Membros. Esta iniciativa é de grande valia, pois ainda que os textos não formem parte do Direito Comunitário, a utilização de instrumentos de interpretação repercutem, ainda que de forma indireta, na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Frisa-se que a mudança que se tem produzido na concepção do menor e o carácter essencial do interesse superior da criança são decisivas no reconhecimento e na proteção das crianças e dos adolescentes em âmbito europeu. No que se refere a concepção do menor, com a sua consideração como sujeito titular de direitos, se reconhece o direito de intervir nos procedimentos que lhe afetem, de acordo com seu nível de maturidade e de lhe considerar como um ser humano completo, com o mesmo direito a dignidade humana. Principalmente, a respeito do interesse superior da criança, apesar das críticas, não há dúvidas que está sendo um valor determinante na elaboração dos instrumentos jurídicos de proteção ao menor.

5. Congressos Mundiais sobre Direitos das crianças e dos adolescentes de 2003, de 2005 e de 2007

Até então, em poucas ocasiões se reconheceu ao conjunto de crianças e adolescentes, como um coletivo social que deve ser, não só ser escutado, mas também atendido e entendido, cumprindo-se a premissa de promover a existência de espaços onde, como verdadeiros protagonistas de seus direitos subjectivos, possam expressar suas necessidades e iniciarem-se como cidadãos participativos, exercendo atitudes democráticas de uma maneira ativa²⁸.

Neste contexto, abriu-se uma oportunidade para que os menores se pronunciassem e onde a comunidade internacional estaria atenta as suas vozes: os Congressos Mundiais sobre Direitos das crianças e dos adolescentes, realizados em

²⁸ VILLAGRASA ALCAIDE, Carlos. Perspectivas de la convención sobre los derechos del niño: reivindicaciones formuladas desde los congresos mundiales sobre los derechos de la infancia y la adolescencia. In VILLAGRASA ALCAIDE, Carlos; RAVETLLAT BALLESTÉ, Isaac (coord). **Los derechos de la infancia y de la adolescência. Congressos mundiales y temas de actualidad.** Barcelona: Ariel, 2006, pp. 17-48, p. 17.

2003, na Isla Margarita, Venezuela; em 2005, na cidade de Lima, Peru; em 2007, em Barcelona, Espanha. As conclusões finais destes Congressos foram redigidas em forma de declarações²⁹ e relatam as reivindicações e as inquietudes globais sobre a aplicação real da Convenção dos Direitos da Criança de 1989.

Do primeiro Congresso resultou um importante documento, intitulado “Declaração de Porlamar”, que incidiu nos princípios de igualdade, de prioridade absoluta, de corresponsabilidade social e de interesse superior. Teve como finalidade garantir o desenvolvimento integral da infância e da adolescência como uma obrigação estatal, social e familiar.

Desta declaração destaca-se que os participantes, com base nos princípios do paradigma da proteção integral, que foi um dos temas da Convenção dos Direitos da Criança, aproveitaram esta oportunidade para chamar a atenção dos Estados e dos movimentos sociais sobre o exercício real dos direitos e deveres dos menores no sistema jurídico e, em consequência, o pedido para serem criadas as condições necessárias, sociais e familiares, que garantam o desenvolvimento e a proteção integral dos menores.

Do II Congresso destaca-se, entre as diversas propostas que preocupavam as crianças e adolescentes naquele momento, que: “em todo o mundo, pelos constantes problemas que existem, como a violência familiar (...) se criam fatores que têm contribuído a que muitos menores sejam afetados diretamente, ocasionando o número de delinquência, o consumo ilícito de drogas e a prostituição sejam problemas cada vez mais comuns dentro da nossa sociedade”.

Conforme a Declaração do III Congresso, realizado em Barcelona, solicitou-se uma pausa ao mundo para que se escute a voz dos menores ao que diz respeito aos Direitos Humanos, considerando suas opiniões e “participação em tudo o que lhes importa e que nos preocupa a todos”, remetendo ao conteúdo do “Grande Documento” elaborado em Venezuela, ou na Declaração de Lima (II Congresso), frisando o rigor e a transcendência das reivindicações dos menores naquela ocasião.

Ainda de acordo com a Declaração do III Congresso, colocou-se que “o dinamismo de um mundo em constante evolução só se pode qualificar de progresso se contarmos com a participação social das crianças e dos adolescentes, uma vez que a sua cidadania activa deve, não só ser respeitada, mas também garantida para cumprir com

²⁹ Vale ressaltar que as Declarações foram formuladas pelas próprias crianças e adolescentes.

plena realização dos direitos, universalmente reconhecidos e consentidos através da ratificação, praticamente unânime, da Convenção sobre os Direitos da Criança”.

Por fim, ainda nesta Declaração, os menores pediram ajuda da comunidade internacional para que o informe que os Estados apresentam ao Comitê de Genebra, de cinco em cinco anos, o seja anualmente e que conte com a participação dos menores na sua elaboração e, ainda, que os Estados promovam a divulgação do número de abusos sexuais contra crianças e adolescentes e que aprimorem as políticas públicas quanto a este problema.

6. O trabalho do *Child Helpline International*

Destaca-se como exemplo de ajuda as crianças e adolescentes vítimas de violência o trabalho da *Child Helpline International*, que são linhas de assistência que recebem chamadas, serviço este disponível em 150 países. Estas linhas proporcionam serviços vitais aos menores que são vítimas de violência, como escutar ativamente, incentivar que se efetive uma denúncia e proporcionar assistência direta para mudar esta situação de perigo em que se encontra este menor. Nesses casos, as vítimas necessitam saber que não estão sós, que alguém se preocupa com elas e que suas vidas podem estar livres da dor e do medo.

De acordo com Vasquez³⁰, as linhas de ajuda para menores receberam 10,5 milhões de chamadas em 2005, em todo o mundo, oferecendo uma forma de segurança aos menores vítimas de violência.

Conforme os parâmetros classificativos da *Child Helpline International*, o abuso e a violência incluem perseguição; o testemunho de violência; abandono; abuso emocional, sexual e físico. As crianças e adolescentes, especialmente as vítimas de violência intrafamiliar, sofrem os efeitos psicológicos que repercutirão na sociedade de forma imensurável, como visto anteriormente.

Esta linha de ajuda deveria ser amplamente divulgada para que as crianças e os adolescentes tivessem acesso a informações sobre como agir e como ter ajuda para sair

³⁰ VÁSQUEZ, Leticia C.; YROONHOF, Ellen. **Abuso y Violencia – Llamadas Recibidas a Nivel Mundial por Líneas de Asistencia**. [Consult. 03.05.2008]. Disponível em <http://www.iiicongresomundialdeinfancia.org/MATERIAL/abstract/LeticiaVasquez.pdf>.

desta situação de violência, rumo a uma vida melhor e mais segura. Para tanto teriam que poder contar com a ajuda governamental, que deveria destinar recursos financeiros adequados para suprir as necessidades dos menores vítimas de violência doméstica.

As Nações Unidas estão participando da implementação deste sistema, elaborando um trabalho através da União de Telecomunicação Internacional (que é uma agência das Nações Unidas) para verificar as tecnologias de comunicação possíveis de serem utilizadas, assim como a Assembléia Geral da ONU endossou o trabalho da WSIS para este fim (trabalho este realizado em duas fases: a fase de Genebra, em dezembro 2003, e a fase de Tunis, em novembro 2005³¹).

Em Julho de 2006, a Comissão Europeia anunciou sua intenção para atribuir um único número de telefone com seis dígitos dentro da União Europeia para o *Child Helpline Services*, sendo, em Outubro de 2006 escolhido o número 116 111, em Estocolmo. Este trabalho faz parte das estratégias europeias para a defesa dos direitos das crianças³².

Em março de 2007, a Comissão Europeia solicitou aos Estados-Membros a reserva do número 116 111, harmonizando assim, o número da linha de ajuda na União.

Devido a problemas práticos de implementação, realizou-se um seminário em junho de 2007 para resumir as preocupações mais importantes e desafios que deveriam ser endereçados por um estudo de viabilidade, estando a divulgação dos resultados prevista para fim de maio 2008³³. Ainda neste mês, está prevista a realização do Grupo de Estudo II, em Genebra com a ideia de ampliar para os países europeus que não são Membros da União Europeia o número 116 111.

O conjunto normativo de União europeia relativo à implementação do *Child Helpline Services*³⁴ é: EU Decision 2007/ 689/EC; EU Decision 2007/ 116/EC e Framework Directive 2002/21/EC of the European Parliament and of the Council.

A designação deste número europeu é um reconhecimento do trabalho do *Child Helpline Services*, munindo os Estados da União Europeia, e muitos outros países ao redor do mundo, de uma ferramenta contra a violência, inclusive intrafamiliar³⁵.

³¹ A Agenda de Tunis do WSIS declarou no seu parágrafo 92: “Nós encorajamos os países a implementar o *Child Helpline Services*, levando em conta a necessidade de mobilização e de recursos apropriados. Para este propósito, o uso de números fáceis de serem lembrados, acessível a todos e ligações gratuitas”. [Consult. 03.05.2008]. Disponível em <http://www.itu.int/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.html>.

³² Site Oficial da União Europeia. [Consult. 03.05.2008]. Disponível em http://ec.europa.eu/civiljustice/docs/com_2006_0367_en.pdf.

³³ O resultado será divulgado através do site www.childhelplineinternational.org.

³⁴ Os textos legais estão disponíveis nos sites <http://eur-lex.europa.eu> e <http://ec.europa.eu>.

7. Conclusão

Ao tocar em um tema tão delicado, a sensação é de nudez. Isto porque, ao adentrar no estudo psicológico sobre a violência contra os menores os dados, respostas e análises que os pesquisadores e profissionais apresentam são chocantes, uma realidade amarga e uma grande sombra negra da sociedade hipócrita, passa a ser vista.

As estatísticas são tristes, são altas e não são reais pois sabe-se que estas são apenas uma ponta do iceberg e que a grande maioria das vítimas não revela o que acontece e talvez nunca o fará, pelo menos não fora de um consultório psicanalítico.

As modalidades de violência com as quais os menores se confrontam dentro de suas próprias casas sob a tutela das pessoas responsáveis por lhes dar amor e educação, construir seus valores e princípios para o longo de suas vidas, revelam que o poder dilacera limites. Agredir para educar, machucar para castigar, torturar psicologicamente para ensinar ou para se fazer entender...abusar para se satisfazer... e todas essas ações acabam com um único resultado: destroçam a esperança, a tranquilidade, a pureza e, em alguns casos, a vida de incontáveis crianças e adolescentes.

A esperança surge quando se ve o esforço e a luta que a comunidade internacional há décadas travam para socorrer essas vítimas sem voz e sem força. Os Estados unem as mãos para adentrar na vida íntima familiar, tão mitificada até os dias de hoje, para que se faça valer os direitos dos menores. Direito de paz, de amor, de dignidade.

Conforme aprofundava-se o estudo sobre os direitos da criança e do adolescente, teve-se a oportunidade de observar a evolução legal em prol da construção da cidadania, bem como dos direitos fundamentais que a concretiza. Em especial, colocar a criança como sujeito de direitos no âmbito internacional e implementar instrumentos internacionais que tornam o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes possível foram passos cruciais para o desenvolvimento da proteção dos menores vítimas de violência intrafamiliar.

Em particular, os estudos dos Congressos Mundiais sobre Direitos das crianças e dos adolescentes de 2003, de 2005 e de 2007 e o trabalho do *Child Helpline International*, surpreenderam e trouxeram uma nova esperança. O fato de se estar

³⁵ Em teste, fiz uma ligação, atendida por uma secretária eletrônica, em inglês.

escutando o que as crianças e adolescentes tem para dizer e solicitar a Comunidade Internacional e uma linha de ajuda mundial que escute e que venha ajudar de forma efetiva os menores vítimas da violência intrafamiliar mostram que não só os grandes organismos, como Nações Unidas, está contribuindo para encontrar soluções a este tipo de violência, e sim, que todos se voltam em prol de um mundo mais justo.

8. Referências Bibliográficas

1. CANTÓN DUARTE, José; CORTÉS ARBOLEDA, Maria Rosário. **Malos tratos y abuso sexual infantil**. Madrid: Siglo Ventiuno de España Editores, 2002. ISBN: 84-323-0948-6.
2. GONZÁLES, Stella Maris. **La protección de la Infancia en el marco de Derecho Internacional**. Madrid: Cruz Roja Española, 1991. ISBN: 84-7899-016-X.
3. LAWSON, C. **Mother-son sexual abuse: rare or underreported? A critique of the research**. Child abuse and Neglect, n.º 17, 1993, pp. 261-269.
4. LÁRAZO GONZALES, Isabel (coord.). **Los menores en el Derecho español**. Madrid: Tecnos, 2002. ISBN: 84-309-3814-1.
5. LYND, Sylvia. **Los niños ingleses**. Londres: Adprint, 1972.
6. MARZAL, Antonio (coord.). **Derechos humanos del niño, de los trabajadores, de las minorías y complejidad del sujeto**. Barcelona: Bosch, 1999.
7. MILAGROS, Gracia Jiménez ; BLÁZQUEZ FERNÁNDEZ, M.^a Soledad; MORALES GRACIA, M.^a Luísa. **Abuso sexual infantil. Credibilidad del testimonio**. Revista Eúphoros, n.º 5, 2002 , pp. 37-60. ISSN 1575-0205. [Consult. 27.04.2008]. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1181495>.

8. OLIVARES, Véase J. Uroz. La violencia en el contexto familiar, In. TORRENTE, Rodríguez J. **El menor y la familia: Conflictos e implicaciones**, Madrid, 1998, pp. 45-70.
9. REYES, Mélia Llácer. “La protección internacional de los Derechos de los Niños”. **Revista General del Derecho**. N.º 536, vol. II, 1989, pp. 2907-2928, p. 2914.
10. SANMARTÍN, José. **Violencia contra niños**. Barcelona: Ariel, 1999. ISBN: 84-344-7468-9.
11. TRINIDAD NÚÑEZ, Pilar. **El niño en el derecho internacional de los derechos humanos**. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2002. ISBN: 84-7723-521-X.
12. U.N.I.C.E.F., Innocenti Digest 2. **Niños Y Violencia**. Centro Internacional para Desarrollo del Niño.
13. VILLAGRASA ALCAIDE, Carlos; RAVETLLAT BALLESTÉ, Isaac (coord). **Los derechos de la infancia y de la adolescência. Congressos mundiales y temas de actualidad**. Barcelona: Ariel, 2006. ISBN-10: 84-344-3262-5.

Sites Consultados:

<http://www.dhnet.org.br/>

<http://dialnet.unirioja.es>

<http://zerohora.clicrbs.com.br>

<http://www1.folha.uol.com.br>

<http://www.unicef.org>

<http://www.iiicongresomundialdeinfancia.org>

<http://www.childhelplineinternational.org>

<http://www.itu.int>

<http://ec.europa.eu>

<http://www.unhchr.ch>

Anexo 1

CASO ISABELLA

O caso recente de violência contra uma criança, Isabella, de cinco anos, morta após ser jogada do sexto andar de um prédio na cidade de São Paulo, Brasil, no dia 29 de Março chocou o país. Principalmente pelos indícios do assassinato indicarem a autoria para o pai e para a madrasta de Isabella. A imprensa, polícia, justiça e a população voltam os olhos para esta forma de violência intrafamiliar tão brutal e covarde. Os detalhes do caso veremos nas figuras a seguir³⁶:



³⁶ Jornal Zero Hora. [Consult. 21.04.2008]. Disponível em <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a1835836.xml&00>.

A MORTE DE ISABELLA

A cena do Crime

O que os peritos apuraram

As lesões da menina

PARA A PERÍCIA, A MENINA, FERIDA, FOI CARREGADA POR ALGUÉM COM ALTURA SEMELHANTE A DE NARDONI. ISABELLA ESTAVA A UMA DISTANCIA DE 1M20CM A 1M30CM DO CHÃO QUANDO O SANGUE PINGOU



Grupo **DBS**

A MORTE DE ISABELLA

A cena do Crime

O que os peritos apuraram

As lesões da menina

EM UMA SIMULAÇÃO FEITA PELA PERÍCIA, UM HOMEM COM A MESMA ALTURA DE ALEXANDRE JOGOU UMA BONECA DE UMA REDE DE PROTEÇÃO, QUE DEIXOU MARCAS NA CAMISETA — DO MESMO TIPO ENCONTRADA NA ROUPA DO PAI DA GAROTA



Grupo **DBS**

A MORTE DE ISABELLA

A cena do Crime

O que os peritos apuraram

As lesões da menina

A CRIANÇA FOI JOGADA DE CABEÇA PARA BAIXO, TANTO QUE AS MARCAS DAS MÃOS DELA FICARAM LOGO ABAIXO DA JANELA, NA FACHADA



Grupo **DES**

A MORTE DE ISABELLA

A cena do Crime

O que os peritos apuraram

As lesões da menina

NO MOMENTO DA QUEDA, ELA ESTAVA DESMAIADA

4



Grupo **DES**

A MORTE DE ISABELLA

A cena do Crime

O que os peritos apuraram

As lesões da menina

O CORPO DA MENINA SE DESCOLOU DA PAREDE E CAIU DE COSTAS NO GRAMADO DO JARDIM, O QUE AMORTECEU O IMPACTO



REPETIR



COM O INDICIAMENTO, O PAI E A MADRASTA PASSAM A SER CONSIDERADOS SUSPEITOS OFICIAIS DA MORTE DE ISABELLA

Grupo

A MORTE DE ISABELLA

A cena do Crime

O que os peritos apuraram

As lesões da menina

ELA APRESENTAVA SINAIS TÍPICOS DE ASFIXIA:

- MANCHAS NO PESCOÇO E NA NUCA
- MANCHAS AVERMELHADAS NO PULMÃO
- LÍNGUA PROJETADA PARA A FRENTE



Grupo

A MORTE DE ISABELLA

A cena do Crime

O que os peritos apuraram

As lesões da menina

A FRATURA NO PULSO ESQUERDO, DE ACORDO COM OS PERITOS, FOI PROVOCADA ANTES DA QUEDA, ASSIM COMO O CORTE DE DOIS CENTÍMETROS NA TESTA, POR ONDE ISABELLA PERDEU MUITO SANGUE. OS PERITOS NÃO SABEM COMO FOI PROVOCADO O FERIMENTO NA TESTA



Grupo **DDS**

A MORTE DE ISABELLA

A cena do Crime

O que os peritos apuraram

As lesões da menina

A QUEDA PROVOCOU UMA FRATURA NA PARTE POSTERIOR DA BACIA



REPETIR



Grupo **DDS**

Anexo 2

CASO ELISABETH

Outro caso recente descoberto pela polícia austríaca de violência intrafamiliar, que incluía violência sexual e cárcere privado está tendo grande repercussão pública. O pai de Elisabeth, que tem hoje 42 anos, Josef Fritzl, de 73, confessou ter mantido aprisionada sua própria filha em um porão sem janelas por 24 anos e também admitiu ser pai dos sete filhos dela.

Elisabeth teria sido aprisionada pelo pai no dia 28 de agosto de 1984, quando tinha, então, 18 anos. Em depoimento ela disse que seu pai a abusou sexualmente desde os 11 anos e no dia que a aprisionou, atraiu-a ao porão sendo sedada e algemada. Ele também escondeu a entrada do cativeiro, uma porta de concreto reforçada, a prova de som, que abria com um código secreto.

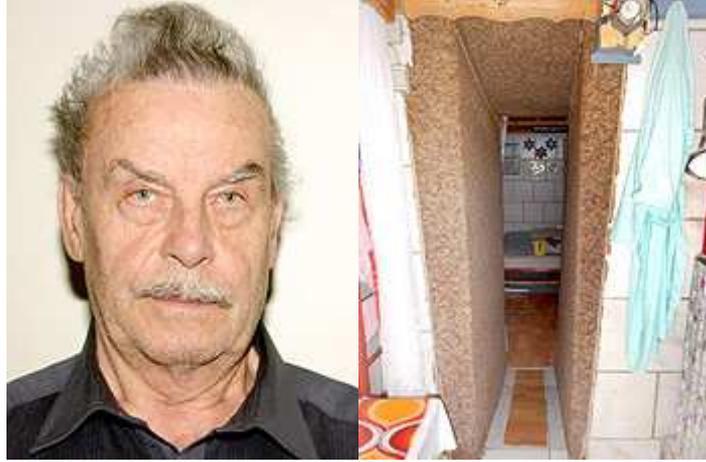
Segundo Elisabeth, nos anos que se seguiram após ter sido aprisionada pelo pai, ela foi constantemente abusada e deu à luz seis crianças. Em 1996, ela deu à luz gêmeos, tendo um deles morrido após o nascimento, sendo seu corpo queimado pelo pai de Elisabeth.

O caso foi descoberto quando uma das filhas de Elisabeth, de 19 anos, que os avós criavam, foi levada ao hospital e os médicos solicitaram para que a mãe aparecesse para fornecer mais detalhes sobre seu histórico clínico. Então o pai de Elisabeth a teria libertado, juntamente com mais dois dos filhos que viviam com ela no porão, dizendo à sua mulher que a filha desaparecida havia decidido voltar para casa.

Elisabeth concordou em fazer um relato à polícia após receber garantias de que não teria mais contato com o pai. Três de seus filhos, com 5, 18 e 19 anos, ficaram trancados no porão desde que nasceram e nunca viram a luz do sol. Os dois mais novos eram meninos e a mais velha, menina. As outras três crianças, duas meninas e um menino, foram criadas pelo pai e pela mãe de Elisabeth.

Aparentemente a mãe de Elisabeth não sabia de nada.³⁷

³⁷ Jornal Folha de São Paulo. [Consult. 28.04.2008]. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/mundo/ult94u396400.shtml>



Fotos: Pai de Elisabeth e o porão onde ela vivia aprisionada.